

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

1.1. O Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 87.934.675/0001-96, com sede administrativa na Praça Marechal Deodoro s/n, teve suas atividades no exercício de 2021 amparadas pelas disposições da Lei Estadual nº 15.562, de 23 de dezembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram a abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2021.

1.2. As ações do Estado são agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) nº 42/1999: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais. Essas funções representam o maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público estadual.

1.3. O Balanço Geral do Estado é apresentado de forma consolidada, incluindo, além da Administração Direta do Estado, suas Autarquias e Fundações. As Demonstrações Contábeis Consolidadas são elaboradas pelo processo de agregação dos saldos contábeis das referidas entidades, excluindo-se as transações e saldos existentes entre elas, conforme nota explicativa 36. O conjunto completo das Demonstrações Contábeis Consolidadas é composto pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Todas as demonstrações são elaboradas com base no sistema FPE (Finanças Públicas do Estado) e referem-se ao exercício de 2021, comparativamente a 2020, refletindo o registro dos atos e dos fatos da administração direta que inclui os três Poderes e o Ministério Público do Estado, bem como das Autarquias e Fundações do Estado.

2. Políticas e Procedimentos Contábeis e Orçamentários

2.1. O registro contábil dos atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio do Estado é realizado com base no Plano de Contas Estendido, estruturado em consonância com a Parte IV da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria nº 877/2018 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). As demonstrações contábeis do Estado, por sua vez, são estruturadas a partir dos modelos estabelecidos na Parte V do referido Manual.

2.2. A classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, está em conformidade com o estabelecido nos itens 70 a 87 da NBC TSP 11, sobre as Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, para fins de cumprimento do Art. 105 da Lei nº 4.320/1964, os totais dos ativos e passivos – financeiros e permanentes –, além do saldo patrimonial, são apresentados em quadro destacado no Balanço Patrimonial. Tal classificação leva em conta a dependência ou não de autorização legislativa para a realização dos ativos e amortização ou resgate dos passivos.

2.3. A inscrição de restos a pagar não processados ocorre tão somente em contas das classes de Controle da Aprovação e Execução do Orçamento, sem efeito no Passivo de natureza patrimonial. Assim, a conciliação entre o total do Patrimônio Líquido, demonstrado no Balanço Patrimonial, e o Saldo Patrimonial, evidenciado em quadro destacado do mesmo demonstrativo, é assim apresentada:

	2021	2020
Patrimônio Líquido	(289.142.977.863,15)	(239.703.593.293,77)
Restos a Pagar Não Processados - Saldo de Exercícios Anteriores	(567.970.364,52)	(569.080.137,15)
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição no Exercício	(2.784.840.571,80)	(1.518.609.177,06)
Saldo Patrimonial	(292.495.788.799,47)	(241.791.282.607,98)

2.4. Registro em contas de controle, de natureza não patrimonial, conforme nota explicativa 30.

2.5. Os riscos de recebimento de créditos inscritos em Dívida Ativa são reconhecidos em conta de ajuste – redutora de Créditos a Longo Prazo, no subgrupo Realizável a Longo Prazo (nota explicativa 14). O montante de créditos inscritos em Dívida Ativa, cujo recebimento é esperado para o ano de 2021, é registrado em Créditos a Curto Prazo, no Ativo Circulante (nota explicativa 10).

3. Base de Mensuração dos Principais Elementos Patrimoniais

3.1. Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando houver saldo em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. Os rendimentos dessas atualizações apuradas são contabilizados em contas de resultado.

As aplicações no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC) são registradas por seus valores originais.

3.2. Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento da dívida ativa são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os rendimentos ou encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são passivos constituídos com base em estimativas das prováveis saídas de recursos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

3.3. Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Pelo método do custo médio ponderado, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período, e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

3.4. Investimentos Permanentes

As participações nas empresas em que o Estado tenha influência significativa são mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP, o investimento é registrado inicialmente pelo custo e seu valor contábil é ajustado conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

As demais participações são mensuradas ou avaliadas pelo custo de aquisição.

3.5. Imobilizado

Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos com base no valor de aquisição, produção ou construção deduzidos de sua respectiva depreciação.

Os itens obtidos a título gratuito são registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

3.6. Precatórios

Os precatórios são registrados pelo valor atualizado até a data do Balanço Patrimonial, com base em informações recebidas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Regional Federal. Os precatórios inscritos no exercício são registrados pelo valor original e a atualização é contabilizada separadamente considerando o saldo acumulado dos precatórios.

3.7. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP

A Portaria STN nº 548/2015 aprovou, na forma de anexo, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. O Estado do Rio Grande do Sul está adequando os Procedimentos Contábeis com observância dos prazos, conforme tabela a seguir:

	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2017	Parcialmente Atendido
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado
6	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado
7	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Implantado
8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Parcialmente Atendido
9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	Implantado
10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Implantado
12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2020	Parcialmente atendido
13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Implantado
14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	Parcialmente atendido
15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	Em implantação
16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2022	Estudos Iniciados

Legenda:

Implantado: O procedimento encontra-se implementado e alinhado, na essência, às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP vigentes.

Em Implantação: Os normativos foram publicados em 2021 e estão alinhados às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP. Os procedimentos foram iniciados em 2022.

Parcialmente Atendido: Os procedimentos contábeis atualmente adotados estão consideravelmente aproximados do estabelecido nas NBC TSP e no MCASP, entretanto ajustes devem ser realizados.

Estudos Iniciados: Os estudos foram iniciados durante o exercício de 2021. O tema está incluso no planejamento do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul - GTCON/RS, instituído pela Portaria SEFAZ/RS nº 45, de 10 de abril de 2019.

Balanço Orçamentário

4. **Resultado Orçamentário:** O Balanço Orçamentário Consolidado apresentou, no exercício de 2021, um superávit de R\$ 2.546.285.924,17, resultado de uma receita total de R\$ 73.516.274.110,55 frente a um total de despesas empenhadas de R\$ 70.969.988.186,38.
5. **Transações Intraorçamentárias:** No Balanço Orçamentário estão registradas receitas e despesas intraorçamentárias de acordo com suas naturezas. Tais registros se referem, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde, à contribuição patronal ao RPPS - Regime de Repartição Simples e à contribuição patronal ao RPPS - FUNDOPREV, bem como à cobertura do déficit ao RPPS. Essas despesas têm como contrapartida as Receitas Intraorçamentárias, registradas no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (Ipe Prev) e no Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (Ipe Saúde).

	2021	2020
Pessoal e Encargos Sociais	16.311.959.669,29	16.694.112.123,15
RPPS - Cobertura de Déficit	10.320.656.964,45	11.392.859.796,45
RPPS - Contribuição Patronal	5.145.562.692,24	4.397.053.643,76
Fundoprev - Contribuição Patronal	116.209.443,09	180.233.093,82
Fundo de Assistência à Saúde (FAS)	712.680.868,13	706.682.863,36
Outros	16.849.701,38	17.282.725,76
Outras Despesas Correntes	15.155.503,31	17.297.522,06
Inversões Financeiras	4.280.000,00	-
	16.331.395.172,60	16.711.409.645,21

6. **Transferências de Numerário:** Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF nº 163-2001 e STN nº 339-2001, as transferências financeiras previstas e realizadas entre a Administração Direta do Estado e as suas Autarquias e Fundações, que não decorram da aquisição de bens e serviços ou do pagamento de impostos, taxas e contribuições, não constituem receitas e despesas orçamentárias e, assim sendo, não integram o Balanço Orçamentário. Em 2021, tais operações atingiram os montantes discriminados no quadro a seguir, considerando-se, na despesa, os valores orçados e realizados nas Autarquias e Fundações à conta dos recursos do Tesouro do Estado.

Despesa em Autarquias e Fundações - Recursos do Tesouro		
Despesa	Orçada	1.330.527.458,00
	Autorizada	2.085.214.260,38
	Empenhada	1.899.915.830,58
	Liquidada	1.438.994.041,08
	Paga	1.378.592.203,56

Ressalta-se que apenas as transferências financeiras entre a administração direta e suas entidades não são demonstradas no Balanço Orçamentário, estando as despesas, previstas e realizadas, originalmente ocorridas em cada entidade e na administração direta, normalmente registradas de acordo com suas naturezas.

- 7. Anulação de Restos a Pagar e Estornos de Empenhos:** Em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 101/2000, e do Parecer Coletivo nº 1/2003, do Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto nº 56.201/2021, e a Instrução Normativa CAGE nº 3/2021, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:
- a) anulação das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, no valor de R\$ 163.965.661,74, cujos empenhos foram emitidos entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2020;
 - b) estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2021, no valor de R\$ 253.185.542,46, excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa; e,
 - c) prescrições de empenhos inscritos em Restos a Pagar, ao longo de 2021, no valor de R\$ 89.438.160,15, em consonância com o Decreto Federal nº 20.910/1932.
- 8. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb):** A Receita é demonstrada no Balanço Orçamentário já deduzida dos valores enviados, pelo Estado, ao Fundeb. Em 2021, esses valores totalizaram R\$ 8.356.866.789,16. A distribuição, aos Estados, dos recursos arrecadados por esse fundo é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados no âmbito de atuação prioritária dos Estados, ou seja, ensino fundamental e médio. Tais ingressos somaram, em 2021, o montante de R\$ 5.570.138.341,24 e estão demonstrados nas Transferências Multigovernamentais (Transferências Correntes), no Balanço Orçamentário.

Balanço Patrimonial

9. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Caixa	-	589,83
Bancos	354.433.593,83	307.854.429,20
Rede Bancária - Arrecadação	341.938.261,55	197.930.053,65
Saldo SIAC	5.863.743.131,12	721.200.753,78
APF de Liquidez Imediata	3.666.618.381,69	3.067.258.266,71
	10.226.733.368,19	4.294.244.093,17

9.1. Caixa – Registra o somatório de numerários em espécie e outros valores em tesouraria.

9.2. Bancos – Compreende o somatório das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não estejam aplicadas no SIAC.

9.3. Rede Bancária – Arrecadação – Demonstra os valores da Receita Estadual em fase de arrecadação.

9.4. Saldo SIAC – O SIAC representa a centralização das disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, atendendo ao princípio da unidade de caixa (caixa único). O sistema é administrado pela Secretaria da Fazenda e executado pelo Banrisul. O saldo SIAC, em 31 de dezembro de 2021, é composto pelo somatório do saldo das contas correntes de cada órgão ou entidade, aplicados no caixa único deduzidos dos valores resgatados pelo Tesouro do Estado.

9.5. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional, que são prontamente conversíveis em caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

10. Créditos a Curto Prazo

	2021	2020
Créditos Tributários a Receber	5.705.249.759,29	7.372.591.119,10
Dívida Ativa	2.546.184.436,11	2.437.383.726,07
Tributária	2.481.000.000,00	2.382.480.000,00
Não Tributária	65.184.436,11	54.903.726,07
Pagamentos Extraorçamentários	216.227.229,24	269.970.033,31
Devedores	105.270.351,82	158.101.736,84
Responsáveis	110.956.877,42	111.868.296,47
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	113.480.166,12	179.676.629,68
Outros Créditos a Curto Prazo	461.318.657,56	444.873.132,41
	9.042.460.248,32	10.704.494.640,57

10.1. Créditos Tributários a Receber – Demonstra os créditos tributários constituídos por meio de autos de lançamento, incluindo a obrigação tributária principal e seus respectivos acréscimos que totalizaram R\$ 6.235.665.138,96. O valor apresentado no quadro já está descontado do Ajuste para Perdas Estimadas com créditos de auto de lançamento no valor de R\$ 530.415.379,67, conforme calculado pela Subsecretaria da Receita Estadual.

10.2. Dívida Ativa – Saldo composto por créditos tributários e não tributários em favor do Estado, não recebidos no prazo e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez. Esse montante representa a expectativa de recebimento para os 12 meses seguintes à data do Balanço. Os créditos cujos recebimentos são esperados para períodos posteriores estão registrados no Ativo Não Circulante, devidamente deduzidos do respectivo ajuste para perdas, conforme nota explicativa 14.

10.3. Pagamentos Extraorçamentários – Demonstra os pagamentos sem empenho e liquidações prévios, conforme características descritas a seguir:

10.4. Devedores: Demonstra os pagamentos efetuados, independentemente de autorização orçamentária, gerando débitos a pessoas físicas ou jurídicas. Registra também os pagamentos de Precatórios efetuados pelo Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Regional do Trabalho e Pelo Tribunal Regional Federal que ainda não foram regularizados, mediante empenho/liquidação, em virtude da falta de identificação dos valores por credor, dificultando, desta forma, a conciliação desta conta.

10.5. Responsáveis: Demonstra as responsabilidades financeiras impostas a servidores pelo descumprimento das normas vigentes.

11. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo – Os investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo pertencem em sua totalidade ao FUNDOPREV que é administrado pelo IPE PREV. O saldo das aplicações cresceu 8,23%, pois os fundos previdenciários foram iniciados em 2011, portanto possuem poucos benefícios concedidos, o que gera um acúmulo de recursos para benefícios que devem ser pagos no futuro. Embora a Lei nº 15.511/2020 tenha previsto que os servidores civis admitidos até a data de implantação do Regime de Previdência Complementar migrassem do Plano Previdenciário para o Plano Financeiro, as contribuições patronais e dos segurados realizadas até a data da Lei seguem depositadas no FUNDOPREV.

O FUNDOPREV é segregado entre Civil e Militar e as aplicações estão assim distribuídas:

Fundo	2021	2020
FUNDOPREV Civil	2.735.091.675,52	2.621.830.002,92
FUNDOPREV Militar	732.489.360,22	582.069.027,44
TOTAL	3.467.581.035,74	3.203.899.030,36

12. Estoques – Os estoques, em 2021, totalizaram R\$ 531.391.160,40 tendo atingido, em 2020, o montante R\$ 421.204.690,53, correspondendo principalmente a itens de almoxarifado. Desse valor, 86,53% referem-se à Secretaria da Saúde.

13. Imobilizado Mantido para Venda – O valor de imobilizado mantido para venda em 2021 é composto por R\$ 17.042.450,93 correspondes a Distritos Industriais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e por R\$ 15.592.638,64, na Secretaria de Obras e Habitação com origem na carteira habitacional anteriormente administrada pelo Ipergs.

14. Créditos a Longo Prazo

CRÉDITOS DE LONGO PRAZO	2021	2020
Dívida Ativa Tributária	17.933.395.538,11	17.527.465.267,29
Saldo	42.590.453.385,29	43.346.249.329,30
(-) Ajuste para Perdas	(24.657.057.847,18)	(25.818.784.062,01)
Dívida Ativa Não Tributária	507.703.609,00	625.993.144,02
Saldo	601.639.429,53	839.849.999,75
(-) Ajuste para Perdas	(93.935.820,53)	(213.856.855,73)
Crédito Remanescente Extinção da Caixa Econômica Estadual	925.385.567,65	917.656.217,35
Créditos a receber IPE Saúde	216.814.822,26	-
Outros	177.560.961,39	149.952.512,21
TOTAL	19.760.860.498,41	19.221.067.140,87

14.1. Dívida Ativa Tributária – Representam os créditos de natureza tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

14.2. Dívida Ativa Não Tributária – Representam os créditos de natureza não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

14.3. Ajustes para Perdas (DA Tributária e DA Não Tributária) – Os créditos inscritos em Dívida Ativa, embora disponham de prerrogativas jurídicas que favoreçam sua cobrança, apresentam riscos que podem comprometer seu recebimento. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 8ª edição, apesar de exigir que tais riscos sejam considerados no registro contábil desses ativos (ajuste para perdas), não especifica a metodologia a ser utilizada para sua mensuração. Ainda assim, o Manual atribui a responsabilidade pelo cálculo do referido ajuste aos órgãos responsáveis por sua gestão. No Estado do Rio Grande do Sul, os créditos da dívida ativa que se encontram nas fases de cobrança administrativa e judicial são administrados pela Receita Estadual e pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), respectivamente. Exceções a isso são os créditos não tributários com origem na administração indireta, que são administrados pela própria entidade, como é o caso do IPE Prev e do IPE Saúde. Assim, a metodologia e o cálculo do ajuste para perdas com a dívida ativa são realizados, em cada caso, por esses órgãos. A seguir, são apresentados os critérios utilizados para o cálculo do ajuste.

Subsecretaria da Receita Estadual (Fase Administrativa)

As prováveis perdas relacionadas à cobrança administrativa da dívida ativa são calculadas pela Subsecretaria da Receita Estadual mediante aplicação dos seguintes critérios:

i. Créditos Devolvidos pela PGE por Impossibilidade/Inviabilidade de Cobrança: são aqueles remetidos para cobrança judicial e que foram posteriormente devolvidos pela PGE por

impossibilidade ou esgotamento de tentativas de cobrança via execução fiscal. Nesses casos, a prescrição, que estava interrompida pelo despacho do juiz que ordenou a citação, é reiniciada após a desistência das ações. Assim, os créditos devolvidos permanecem em cobrança administrativa por mais 5 (cinco) anos. O índice de recuperação desses créditos é ínfimo, tendo em vista o esgotamento das cobranças administrativas e judiciais. Desta forma, os créditos que se encontram nessa situação são considerados perdidos.

ii. **Créditos Suspensos por Decisão Judicial:** são os créditos que se encontram em cobrança administrativa, porém questionados judicialmente, no todo ou em parte, pelo sujeito passivo. Sobrevindo decisão judicial favorável ao Estado, o crédito fica disponível para a continuidade das ações de cobrança. Caso a decisão beneficie o sujeito passivo, o crédito será total ou parcialmente excluído, conforme o que for decidido, ficando a parte não excluída disponível para cobrança. Foi realizado o levantamento das exclusões de créditos que estavam em discussão judicial nos últimos 9 (nove) exercícios, apurando-se uma média anual de 8,94%. Para fins de cálculo do ajuste para perdas, o referido percentual é aplicado sobre o saldo de créditos que se encontram suspensos por decisão judicial em 31 de dezembro de 2021.

iii. **Créditos de Pequeno Valor – Abaixo do Valor mínimo de ajuizamento:** Uma parte dos créditos em cobrança não pode ser encaminhada à cobrança judicial, pois tem saldo inferior ao Valor Mínimo de Ajuizamento, previsto na Lei Estadual nº 9.298, de 9 de setembro de 1991. Uma parte desses créditos não é recuperada e acaba sendo excluída por prescrição após cinco anos.

Procuradoria-Geral do Estado (Fase Judicial)

O critério de cálculo do Ajuste de Perdas para Dívida Ativa em Fase Judicial não sofreu alterações para o exercício de 2021 e é apresentado a seguir:

Fase da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Remetido à PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Recebido PGE com Bem em Garantia	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Fases Processuais Diversas	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Cancelado	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Liquidado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelamento Judicial Cancelado Acerto de Saldo	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelado Judicialmente	Sim, sempre
Parcelamento Judicial Bloqueado	Sim, sempre
Contra Massa Falida	Não
Contra Massa Falida Empresa Baixada	Não
Cobrança Suspensa Prazo Determinado PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada	Sim, sempre
Penhora Efetivada Carta Fiança Apresentada	Sim, sempre
Penhora Efetivada - Seguro garantia	Sim, sempre
Execução Embargada	Sim, sempre
Suspenso Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspenso por Acordo Judicial	Sim, sempre
Suspenso por Depósito Integral	Sim, sempre
Suspenso por Ordem Judicial	Sim, sempre
Suspenso por Execução Garantida	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspenso por Penhora de Faturamento	Sim, sempre
Suspenso por Adjudicação de Precatórios	Sim, sempre
Liquidado Judicial	Não se aplica pois o débito está quitado
Excluído por Prescrição Judicial	Não
Falência Encerrada	Não
Ausência de Bens / Devedor Não Localizado	Não
Motivos Diversos	Não
Extinto por Desistência Requerida	Não
Extinto por Prescrição Requerida	Não
Desistência Execução Pequeno Valor	Não
Certidão Dívida Ativa Devolvida Parcialmente Prescrita	Não

15. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Referem-se ao repasse efetuado a título de adiantamento de contribuições previsto no artigo 32 da Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, que instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos – RPC/RS. A citada lei autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a promover aporte no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a título de adiantamento de contribuições, necessário ao regular funcionamento inicial da entidade. Em decorrência disso, foi assinado Termo de Compromisso entre o Estado do Rio Grande do Sul (Patrocinador) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-PREV, que estabeleceu o aporte de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com a obrigação de restituição/compensação futura tão logo ele deixe de ser necessário ao regular funcionamento da Fundação. Esse aporte foi efetuado no exercício de 2016, em 5 parcelas de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e registrado como pagamento por devedores (ativo circulante). Em 2018 foi assinado o primeiro aditivo ao Termo de Compromisso que estabeleceu o aporte complementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), também a título de adiantamento de contribuições, em 20 (vinte) parcelas mensais e iguais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma, sendo a primeira no mês de agosto de 2018 e as seguintes nos meses consecutivos. Esses pagamentos foram concluídos em 2020. Tanto o valor do adiantamento, quanto o valor da correção monetária, incidente na forma da cláusula 3.1 do termo de compromisso, foram classificados para o Ativo Não Circulante, Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente. A seguir detalha-se o valor evidenciado no balanço:

Adiantamentos de Contribuições ao RSPREV	22.299.970,10
Repasse Financeiros efetuados em 2016	10.000.000,00
Correção Monetária de 2016	99.611,38
Correção Monetária de 2017	297.670,89
Repasse Financeiros efetuados em 2018	2.000.000,00
Correção Monetária de 2018	391.746,05
Valor empenhado e liquidado em 2018, pago em 2019	500.000,00
Repasse Financeiros efetuados em 2019	2.500.000,00
Correção Monetária de 2019	599.128,43
Valor empenhado e liquidado em 2019, pago em 2020	3.500.000,00
Valor empenhado, liquidado e pago em 2020	1.500.000,00
Correção Monetária de 2020	911.813,35
Correção Monetária de 2021	2.243.612,30

16. Investimentos

Os investimentos do Estado estão assim distribuídos:

Investimento	2021	2020
Participações Permanentes em Empresas	13.002.874.224,79	11.789.839.304,02
Investimentos em Fundos	1.765.614.591,82	2.004.820.247,54
Total de Investimentos	14.768.488.816,61	13.794.659.551,56

16.1. Participações em Empresas: As participações em empresas sobre as quais o Estado tem influência significativa são registradas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), conforme Instrução Normativa CAGE 03/2015. O resultado da equivalência patrimonial de 2021 foi apurado levando em consideração Balanço ou Balancete emitido em 30-09-2021 ou em data posterior, sendo a diferença registrada em Variação Patrimonial Aumentativa ou em Variação Patrimonial Diminutiva, conforme o caso. Outras participações em empresas sobre as quais o Estado não exerce influência significativa são registradas pelo custo. A seguir, demonstra-se o resumo das participações:

Empresas	% do Capital Social pertencente ao Estado	2021	2020
Empresas Controladas		10.579.880.529,01	9.583.854.992,78
BADESUL	99,99%	740.763.197,94	727.062.272,94
BANRISUL	49,44%	4.325.597.319,09	4.130.531.736,84
CADIP	99,99%	221.180.879,70	221.190.888,92
CEASA	94,24%	15.482.914,36	15.483.933,20
CEEE Geração	66,06%	604.481.601,23	-
CESA¹	100,00%	-	-
CORSAN	99,99%	4.229.469.926,65	3.975.848.872,72
CRM	99,98%	295.132.588,09	298.160.574,48
EGR	100,00%	33.147.914,85	95.038.160,40
PROCERGS	99,66%	14.725.484,27	21.273.664,20
SULGÁS	51,00%	99.898.702,83	99.264.889,08
Empresas Controladas em Conjunto		2.013.348.129,69	1.879.724.315,78
BRDE²	33,33%	2.013.348.129,69	1.879.724.315,78
Adiantamento para futuro aumento de capital		402.287.426,03	318.904.130,41
CESA		45.993.802,40	4.840.065,86
CORSAN		353.174.565,45	314.064.064,55
BADESUL		3.119.058,18	-
Empresas Diversas		7.358.140,06	7.355.865,05
Total de Investimentos em Empresas		13.002.874.224,79	11.789.839.304,02

Nota¹: Valor do Patrimônio Líquido da CESA é negativo, portanto o valor na Equivalência Patrimonial é ZERO.

Nota²: Participação calculada em 100% da Agência de Porto Alegre/RS, conforme estatuto.

A desestatização, ou privatização, das empresas do Grupo CEEE foi autorizada por meio da Lei nº 15.298, de 4 de julho de 2019. O estado investia diretamente na CEEE Participações, holding que controlava três companhias: CEEE Distribuição, CEEE Geração e CEEE Transmissão. No exercício de 2021 foram concluídas as privatizações da empresa de Distribuição (CEEE-D) e da empresa de Transmissão (CEEE-T).

16.2. Fundos: São constituídos para financiamento de determinados setores econômicos. A seguir, demonstra-se o resumo desses investimentos:

Fundo	2021	2020
Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM	1.138.041.001,72	1.130.096.120,22
Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR	266.097.343,68	266.097.343,68
Fundo Rotativo de Crédito Educativo - PROCRED	181.579.358,67	133.159.657,28
Fundo Estadual Apoio Desenv Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER	92.402.328,28	367.648.317,29
Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul - FUNTERRA	83.165.469,83	83.137.088,18
Outros Fundos	4.329.089,64	24.681.720,89
Total de Investimentos em Fundos	1.765.614.591,82	2.004.820.247,54

17. Imobilizado

O Imobilizado é contabilizado de acordo com a Instrução Normativa Cage nº 6/2018, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 atendendo ao prazo estipulado pela STN para lançamentos contábeis referentes ao imobilizado e intangível, conforme Portaria STN 548, de 24 de setembro de 2015. Salienta-se que o Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) está implantado na Assembleia Legislativa, na Defensoria Pública, no Tribunal de Contas do Estado e em todos os Órgãos do Poder Executivo da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta que compõem o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado, o que, em decorrência de sua integração com a contabilidade, viabiliza o atendimento das NBCASP. O Poder Judiciário e o Ministério Público, apesar de não utilizarem o APE, têm o seu imobilizado e intangível registrados de acordo com a IN Cage nº 06/2018. A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Imobilizado do Estado:

Títulos	2021	2020
Bens Móveis	4.093.465.446,26	3.724.421.499,20
Veículos	1.073.701.948,77	965.711.626,58
Bens de Informática	1.246.443.182,97	1.064.092.239,46
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	944.335.671,23	850.158.394,21
Móveis e Utensílios	610.130.066,24	595.419.335,03
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	148.563.877,75	149.419.823,57
Demais Bens Móveis	173.775.218,21	149.397.243,06
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(103.484.518,91)	(49.777.162,71)
Bens Imóveis	8.217.205.501,06	7.058.954.573,78
Total Imobilizado	12.310.670.947,32	10.783.376.072,98

Também conforme a IN Cage nº 06/2018, a depreciação de bens móveis contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o imobilizado do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, com as seguintes taxas de depreciação e valores residuais:

Grupo	Vida Útil Estimada	Taxa de Depreciação Anual	Valor Residual
Bens Imóveis	-	0%	100%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10%	10%
Bens de Informática	5	20%	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	10%
Mobiliário em Geral	10	10%	10%
Utensílios em Geral	10	10%	10%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	10	10%	10%
Veículos	15	6,67%	10%
Armamentos	20	5%	15%
Semoventes	10	10%	10%
Demais Bens Móveis	10	10%	10%

18. Intangível

Assim como relatado na nota explicativa 17 sobre o Ativo Imobilizado, o Ativo Intangível também é objeto da IN Cage nº 06/2018 e de registros contábeis por meio do Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE). A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Intangível do Estado:

Títulos	2021	2020
Softwares	107.189.048,87	79.987.856,75
Outros Ativos Intangíveis	10.420,00	10.420,00
(-) Amortização Acumulada	(92.825,26)	(92.825,26)
Total Intangível	107.106.643,61	79.905.451,49

Também conforme a referida IN, a amortização de bens do ativo intangível contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o patrimônio do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019, prevendo a utilização do método das cotas constantes, calculadas a partir do prazo estimado de vida útil, informado no momento da aquisição/produção. Na ausência de prazo estimado, o bem não é amortizado.

19. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar	2021	2020
Passivo Circulante	1.205.314.316,65	2.681.866.819,56
Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar	75.389.089,21	1.301.530.859,09
Provisão para Férias	978.606.906,39	923.964.630,12
Precatórios de Pessoal a Pagar	36.304.708,49	16.228.902,28
Requisições de Pequeno Valor (RPV) a Pagar	24.365.366,84	30.894.156,14
Benefícios Previdenciários a Pagar	21.499.538,57	257.042.526,08
Encargos Sociais a Pagar	69.148.707,15	152.205.745,85
Passivo Não Circulante	10.678.770.882,64	10.347.962.714,68
Precatórios de Pessoal a Pagar	6.316.327.456,58	6.076.820.858,67
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	4.108.366.434,36	4.018.149.187,75
INSS Parcelado a Pagar	254.076.991,70	252.992.668,26
Total	11.884.085.199,29	13.029.829.534,24

19.1. Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar: O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se principalmente às parcelas não quitadas dos vencimentos de servidores integrantes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), cujo pagamento ocorre até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência. Já o saldo de 31 de dezembro de 2020 se refere principalmente ao 13º salário de 2020, que foi quitado parceladamente durante o exercício de 2021.

19.2. Provisão para Férias: Refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como àquelas que estão em aquisição (período aquisitivo findo em 2022). Os valores foram calculados com base em aplicativo (Qlik Sense) que utiliza a base de dados do sistema de Recursos Humanos do Estado – RHE, considerando o salário de dezembro acrescido de 1/3.

19.3. Precatórios: O saldo devedor de precatórios está subdividido em diversas contas, conforme evidenciado na nota explicativa 20.

19.4. Requisições de Pequeno Valor (RPV) a pagar: Compreende as requisições de pagamento de quantia devida pela Fazenda Pública Estadual em face de uma condenação ou acordo judicial com valores de até 10 salários mínimos.

19.5. Benefícios Previdenciários: O saldo de 31 de dezembro de 2021 inclui as parcelas devidas a inativos ex-autárquicos da CEEE, cujo pagamento ocorre até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência, bem como outras diferenças residuais de benefícios de aposentadoria e pensões. O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se, em especial, ao 13º salário de 2020, que foi quitado parceladamente durante 2021.

19.6. Encargos Sociais a Pagar: O saldo tem como item principal as contribuições a recolher ao INSS e ao FGTS sobre a folha dos funcionários públicos vinculados ao RGPS.

20. Precatórios

O saldo devedor representa a totalidade de precatórios devidos, conforme informado pelos tribunais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal).

No exercício de 2020 houve a centralização da gestão orçamentária e operacional dos débitos de precatórios na Secretaria da Fazenda com o intuito de padronizar e racionalizar os fluxos de controle e pagamento, conforme Lei Estadual nº 15.404 de 18 de dezembro de 2019. A execução orçamentária desses débitos passou a ser efetuada na Unidade Orçamentária (U.O.) 33.03 – Encargos Financeiros do Estado – Sentenças Judiciais.

Demonstram-se a seguir os valores devidos ao final de 2021, comparativamente a 2020:

Precatórios	2021	2020
Passivo Circulante	36.304.708,49	16.228.902,28
Precatórios Empenhados, Liquidados a Pagar	36.304.708,49	16.228.902,28
Passivo Não Circulante	12.019.549.993,13	11.650.977.082,90
Precatórios de Pessoal a Pagar	6.316.327.456,58	6.076.820.858,67
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	4.108.366.434,36	4.018.149.187,75
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.594.856.102,19	1.556.007.036,48
Passivo Não Circulante - Provisões de Longo Prazo	3.164.771.129,11	3.669.410.726,55
Precatórios de Pessoal a Pagar	1.215.944.749,96	1.096.749.625,65
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	1.839.503.610,19	2.572.661.100,90
Precatórios de Fornecedores a Pagar	109.322.768,96	-
Total	15.220.625.830,73	15.336.616.711,73

20.1. Precatórios a pagar – Passivo Circulante: Refere-se a precatórios empenhados, liquidados, a pagar (passivo financeiro).

20.2. Precatórios a pagar - Passivo Não Circulante: Refere-se ao valor original dos precatórios que foram inscritos e ainda não foram empenhados.

20.3. Provisão de Precatórios a Pagar: Refere-se ao registro das variações no saldo devedor não decorrentes do fluxo de inscrições e pagamentos. Esse valor é registrado como provisão por falta de precisão quando da apuração do saldo devedor no sistema e considera, principalmente, as atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos, as baixas de saldos reduzidos por acordos e outros ajustes efetuados pelos tribunais durante a análise dos processos.

21. Empréstimos e Financiamentos

	Circulante		Não Circulante	
	2021	2020	2021	2020
Dívida Interna	15.931.939.291,89	11.976.237.156,64	59.102.424.958,42	58.523.679.287,55
BB	200.000,00	-	683.292.066,05	683.687.440,88
BNDES	168.333.530,59	100.046.559,26	452.771.605,36	622.998.095,52
Governo Federal	15.762.907.053,49	11.875.724.577,14	57.966.361.287,01	57.216.483.785,89
Outros	498.707,81	466.020,24	-	509.965,26
Dívida Externa	605.043.166,16	506.355.007,73	10.264.222.509,70	10.153.080.177,30
BIRD	419.273.282,48	378.337.860,37	8.141.796.752,02	7.972.810.851,17
BID	185.769.883,68	128.017.147,36	2.122.425.757,68	2.180.269.326,13
TOTAL	16.536.982.458,05	12.482.592.164,37	69.366.647.468,12	68.676.759.464,85

21.1. Dívida Interna: Refere-se aos empréstimos e financiamentos contratados com entidades brasileiras. O maior saldo devedor de 2021, no valor de R\$ 73.729.268.340,50 (soma do Passivo Circulante com Passivo Não Circulante), refere-se a dívida com o Governo Federal, cujo pagamentos das parcelas estavam suspensos por medida liminar do STF desde julho de 2017. Conforme nota explicativa 35, o montante acumulado durante a suspensão foi parcelado em fevereiro de 2022.

21.2. Dívida Externa: Diz respeito aos empréstimos e financiamentos contratados com bancos internacionais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

22. Fornecedores e Contas a Pagar

Fornecedores e Contas a Pagar	2021	2020
Passivo Circulante	1.517.984.976,85	2.043.642.708,46
Fornecedores de Bens e Serviços	252.608.463,32	287.199.161,70
Valores Médicos Hospitalares a Processar	1.007.849.053,29	640.943.097,84
Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária	169.611.605,03	747.301.810,84
Sentenças Judiciais a Pagar	66.816.249,47	330.851.187,74
Outras Contas a Pagar	21.099.605,74	37.347.450,34
Passivo Não Circulante	1.594.856.102,19	1.556.007.036,48
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.594.856.102,19	1.556.007.036,48
Total	3.112.841.079,04	3.599.649.744,94

22.1. Fornecedores de Bens e Serviços: Referem-se aos valores devidos aos fornecedores de mercadorias, bens e serviços.

22.2. Valores Médicos Hospitalares a Processar: Compreende os valores pendentes de regularização pelo IPE Saúde.

22.3. Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária: São as despesas incorridas, não empenhadas/liquidadas.

22.4. Sentenças Judiciais a Pagar: São as despesas judiciais pendentes de pagamento e que não estão inclusas em Precatórios ou RPVs.

22.5. Precatórios de Fornecedores a Pagar: Conforme nota explicativa 20.

23. Obrigações Fiscais

Compreendem, na maior parte, aos valores mensais e parcelados do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) a recolher para a União.

24. Obrigações de Repartição a Outros Entes

Referem-se aos valores de ITBI e Multas de Trânsito a repassar aos municípios.

25. Provisões

PROVISÕES	2021	2020
Provisões de Curto Prazo	341.992.911,49	336.793.839,91
Provisão de Indenização Trabalhista - CP	329.892.806,71	333.310.654,33
Provisão Matemática - Ex-autárquicos CEEE - CP	12.100.104,78	-
Outras Provisões de Curto Prazo	-	3.483.185,58
Provisões de Longo Prazo	243.467.394.143,98	189.196.212.147,97
<u>Provisão Atuarial do RPPS</u>	<u>185.666.239.631,49</u>	<u>169.009.954.936,83</u>
<i>Plano Financeiro</i>	<i>181.974.595.071,02</i>	<i>166.252.429.070,92</i>
<i>Plano Previdenciário</i>	<i>3.691.644.560,47</i>	<i>2.757.525.865,91</i>
Provisão para Indenizações Trabalhistas	39.185.098.511,94	1.592.593.512,57
Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo	6.750.094.361,25	6.663.573.244,62
Provisão de Precatórios a Pagar	3.164.771.129,11	3.669.410.726,55
Provisão Matemática - Ex-autárquicos CEEE - LP	526.792.718,32	-
Provisão de Pensões Integrais a Pagar	128.459.508,00	128.459.508,00
Provisão de Compensação Previdenciária	76.196.469,17	76.196.469,17
Provisão para Riscos Fiscais	37.172.571,01	24.000.566,45
Provisão para Riscos Cíveis	22.658.148,92	62.220.071,76
Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar	4.976.710,57	15.345.963,93
Outras Provisões de Longo Prazo	7.904.934.384,20	7.954.457.148,09
TOTAL PROVISÕES	243.809.387.055,47	189.533.005.987,88

25.1. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Financeiro: Representa o déficit atuarial reconhecido do regime previdenciário financeiro dos servidores estaduais, uma vez que não há patrimônio para a

cobertura das provisões, que representam os compromissos futuros líquidos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, para sua apuração são considerados os valores atuais dos fluxos futuros de pagamentos de aposentadorias, inativações e pensões e descontados os valores atuais do fluxo de contribuições futuras (do Estado, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas) e do fluxo dos valores líquidos da compensação previdenciária a receber do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. As provisões estão subdivididas entre Provisão de Benefícios Concedidos que corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que já foram concedidos pelo RPPS e Provisão de Benefícios a Conceder que corresponde ao valor necessário para o pagamento dos benefícios que serão concedidos aos segurados que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS.

PLANO FINANCEIRO	CIVIL	MILITAR	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	111.543.881.119,89	45.161.204.045,62	156.705.085.165,51
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos</i>	<i>162.429.583.352,45</i>	<i>72.697.082.787,55</i>	<i>235.126.666.140,00</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(33.923.801.488,46)</i>	<i>(18.357.252.494,75)</i>	<i>(52.281.053.983,21)</i>
<i>Contribuição do Aposentado</i>	<i>(14.748.328.127,26)</i>	<i>(7.401.442.298,64)</i>	<i>(22.149.770.425,90)</i>
<i>Contribuições de Pensionistas</i>	<i>(2.213.572.616,84)</i>	<i>(1.777.183.948,54)</i>	<i>(3.990.756.565,38)</i>
<i>Cobertura de Insuficiência Financeira</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Provisão de Benefícios a Conceder	17.028.653.617,64	8.240.856.287,87	25.269.509.905,51
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder</i>	<i>38.592.731.239,96</i>	<i>18.718.933.283,46</i>	<i>57.311.664.523,42</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(12.287.173.655,78)</i>	<i>(6.892.694.751,75)</i>	<i>(19.179.868.407,53)</i>
<i>Contribuição do Ativo</i>	<i>(6.143.586.827,88)</i>	<i>(3.446.347.375,88)</i>	<i>(9.589.934.203,76)</i>
<i>Compensação Previdenciária</i>	<i>(3.277.498.891,60)</i>	<i>(139.034.867,96)</i>	<i>(3.416.533.759,56)</i>
<i>Cobertura de Insuficiência Financeira</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Provisões Atuariais para Ajustes do Plano</i>	<i>144.181.752,94</i>	<i>-</i>	<i>144.181.752,94</i>
Total da Provisão	128.572.534.737,53	53.402.060.333,49	181.974.595.071,02

25.2. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Previdenciário: O valor desta provisão não representa o déficit atuarial previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores, uma vez que do valor provisionado (passivo) devem ser descontados os recursos do plano (ativo). Para sua apuração são considerados os valores atuais dos fluxos futuros de pagamentos de aposentadorias, inativações e pensões e descontados os valores atuais do fluxo de contribuições futuras (do Estado, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas) e do fluxo dos valores líquidos da compensação previdenciária a receber do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. As provisões estão subdivididas entre Provisão de Benefícios Concedidos que corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que já foram concedidos pelo RPPS e Provisão de Benefícios a Conceder que corresponde ao valor necessário para o pagamento dos benefícios que serão concedidos aos segurados que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS.

Plano Previdenciário	Fundoprev Civil	Fundoprev Militar	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	-	32.953.035,83	32.953.035,83
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos</i>	<i>68.790.121,66</i>	<i>43.213.494,87</i>	<i>112.003.616,53</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(6.554.574,78)</i>	<i>(5.130.229,52)</i>	<i>(11.684.804,30)</i>
<i>Contribuições de Aposentados</i>	<i>(3.900.528,32)</i>	<i>(3.527.701,97)</i>	<i>(7.428.230,29)</i>
<i>Contribuições de Pensionistas</i>	<i>(2.654.046,46)</i>	<i>(1.602.527,55)</i>	<i>(4.256.574,01)</i>
<i>Aportes para cobertura do déficit</i>	<i>(55.680.972,10)</i>	<i>-</i>	<i>(55.680.972,10)</i>
Provisão de Benefícios a Conceder	(1.959.997.717,88)	1.015.110.157,65	(944.887.560,23)
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder</i>	<i>1.589.367.963,39</i>	<i>3.796.777.422,44</i>	<i>5.386.145.385,83</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(810.007.818,48)</i>	<i>(1.339.713.500,64)</i>	<i>(2.149.721.319,12)</i>
<i>Contribuições dos Servidores</i>	<i>(810.007.818,48)</i>	<i>(1.339.713.500,64)</i>	<i>(2.149.721.319,12)</i>
<i>Compensação Previdenciária</i>	<i>(116.778.962,40)</i>	<i>(102.240.263,51)</i>	<i>(219.019.225,91)</i>
<i>Aportes para cobertura do déficit</i>	<i>(1.812.571.081,91)</i>	<i>-</i>	<i>(1.812.571.081,91)</i>
Provisão Plano de Amortização	-	-	-
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	4.603.579.084,87	-	4.603.579.084,87
Total da Provisão	2.643.581.366,99	1.048.063.193,48	3.691.644.560,47

25.3. Provisão para Indenizações Trabalhistas - São os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a pagamento de reclamações trabalhistas (estatutárias, previdenciárias e CLT). O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa Cage nº 08/2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, que contempla os riscos fiscais levantados pela PGE, relativos às ações judiciais em que o Estado faz parte.

Provisão para Indenizações Trabalhistas	2021	2020
Implantação do Piso Salarial Nacional do Magistério	36.760.000.000,00	-
URV	798.604.548,27	329.892.806,71
Férias Indenizadas	300.000.000,00	300.000.000,00
Parcela autônoma de equivalência (PAE)	211.081.155,00	-
Reajustes do vale-refeição	191.538.996,54	236.504.428,00
Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e comp. de	188.198.067,90	219.312.517,79
Reajustes salariais da Lei nº 10.395/1995	162.101.680,00	162.101.680,00
Habilitação de marido e companheiro na condição de pensionista	143.354.715,27	142.189.229,78
Reflexo das diárias na Gratificação Natalina	100.000.000,00	-
Incorporação da gratificação de incentivo tecnológico (GEP/GIT)	68.988.965,45	65.750.612,12
Abono Família - servidores em contrato emergencial	59.400.000,00	59.400.000,00
Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção	49.700.475,61	63.664.460,45
Reflexo das horas extras na gratificação natalina	40.779.000,00	40.779.000,00
Vantagens temporais (triênios e ATS) e incorporação da parcela SUDS	33.793.776,87	37.926.800,00
Promoção de classe do Magistério ano 2000	33.615.959,00	83.000.000,00
Devolução da contribuição previdenciária suplementar de 2%	33.060.479,15	39.027.907,03
Reflexo do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina	27.000.000,00	60.000.000,00
Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas	313.773.499,59	86.354.725,02
Total	39.514.991.318,65	1.925.904.166,90

- **Implantação do Piso Salarial Nacional do Magistério** – Anteriormente reconhecida apenas em contas de controle, seu risco foi reclassificado em 2021. As ações postulam a implantação do piso salarial nacional do magistério previsto no art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008. O Supremo Tribunal Federal - STF fixou o início da data de vigor da Lei do Piso, em 02/04/2011. A partir de então teve início o ajuizamento de milhares de ações por professores estaduais. Segundo o Poder Judiciário estadual, já existem mais de 130 mil processos judiciais envolvendo a controvérsia. Também foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 011/1110246307-9, pelo Ministério Público Estadual.

- **URV** - Diferenças de juros relativas a pagamentos administrativos referentes à conversão de URV. Essas provisões estão distribuídas no curto e no longo prazo.
- **Férias indenizadas** - Servidores, ao se aposentarem, estão ajuizando demandas pretendendo indenização por períodos de férias não gozados, com base no art. 74 da L nº 10.098/94. A tese defensiva do Estado é no sentido de que o art. 74, pelo princípio da legalidade, não pode ser aplicado nos casos de aposentadoria, mas somente nos casos de exoneração.
- **Parcela Autônoma de Equivalência** – Refere-se a demandas relativas à presunção de isonomia salarial entre os integrantes dos poderes Legislativo e Judiciário no período de janeiro de 1995 a dezembro de 1997.
- **Reajustes do Vale-Refeição** – Demandas judiciais relativas ao cumprimento da Lei Estadual nº 10.002/1993 que estabelecia a revisão mensal dos valores de vale-refeição. A partir de 1º de abril de 2010 a Lei nº 13.429/2010 determinou a revisão anual do vale-refeição e, com isso, houve acordo em cerca de 20 mil processos judiciais. No valor provisionado está incluído o valor estimado do percentual de processos judiciais sobre os quais existe perspectiva de acordo.
- **Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada** – Referem-se a inúmeras demandas individuais contra as Fundações Estaduais postulando diferenças salariais em razão do pagamento incorreto de horas extras diurnas, horas extras noturnas, horas intervalares diurnas e noturnas, adicional noturno, contagem de hora noturna e jornada prorrogada, horas dobradas e jornadas irregularmente compensadas. As fundações que apresentam maior volume dessas demandas são a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e a Fundação de Atendimento Especial (Fpergs).
- **Reajustes salariais da Lei nº 10.395/1995** - As ações judiciais que envolvem os reajustes das Leis nº 10.395/1995 e nº 10.420/1995, denominadas “Leis Britto”, representam a grande maioria das demandas repetitivas ajuizadas por servidores públicos estaduais nos últimos anos, restando ainda cerca de 10.270 processos em fase de execução/cumprimento de sentença.
- **Habilitação de marido e de companheiro na condição de pensionista** - demandas judiciais nas quais os autores, na condição de marido ou de companheiro de servidora pública estadual falecida, postulam o reconhecimento do direito à habilitação na condição de pensionista à Previdência Estadual.
- **Reflexo das diárias na Gratificação Natalina** – Anteriormente reconhecida apenas em contas de controle, seu risco foi reclassificado em 2021. Pretensão de que as diárias recebidas no mês de dezembro componham o valor do décimo terceiro salário (gratificação natalina) a ser paga ao servidor público estadual. Atualmente tramitam quase 3.000 processos ou recursos envolvendo o tema. Foi interposto incidente de uniformização de jurisprudência.
- **Incorporação da Parcela GEP/GIT** - Reclamatória trabalhista ajuizada contra o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev) em que os reclamantes obtiveram diferenças salariais decorrentes da condenação a título de gratificação de incentivo tecnológico (GIT), desde outubro de 1989, em parcelas vencidas e vincendas, na proporção em que vinha sendo paga, em relação ao salário-base, computados os valores da gratificação de estímulo previdenciário (GEP) incorporados a este, com reflexos. O processo retornou, em 12 de junho de 2020, para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), tendo em vista a interposição de Agravo de Instrumento.
- **Abono família de servidores em contrato emergencial** – Atualmente existem 2.494 processos de servidores contratados de forma emergencial, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), postulando o recebimento do abono família sob o argumento de que há previsão no art. 1º da Lei nº 6.526/73. A defesa do Estado centra-se no fato de que a Lei nº 6.526/1976 não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 e que o benefício regrado posteriormente na Lei Complementar nº 10.098/1994, por ter natureza previdenciária, não se aplicaria a servidores vinculados ao RGPS, que deveriam postular o recebimento de salário família junto ao INSS.

- **Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção (Caixa Econômica Estadual - CEE)** – Refere-se a diversas ações tratando de demandas dos empregados da extinta CEE.
- **Reflexo das horas extras na Gratificação Natalina** - Atualmente tramitam cerca de 2.343 ações ordinárias e recursos de servidores, especialmente os ligados à área da segurança pública, com pedido de pagamento de diferenças a título de gratificação natalina sob o fundamento de que as horas extraordinárias realizadas nos meses de dezembro devem compor a base de cálculo da referida vantagem.
- **Vantagens temporais (triênios e ATS) e incorporação da parcela SUDS** - Atualmente estão tramitando 57 ações onde contesta-se o congelamento de gratificações dos servidores do extinto Departamento do Meio Ambiente - DMA, vinculado à ex-Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado (SSMA). Com a publicação da Lei Estadual nº 9.077/1990 que criou a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam), fundação que assumiu as atribuições do DMA, os avanços trienais (5% a cada 3 anos) foram congelados e os funcionários passaram a perceber quinquênios (5% a cada 5 anos). Quanto à incorporação da parcela “Complementação SUDS” e/ou “Convênio SUDS”, decorre de convênio firmado entre a SSMA e o Ministério da Previdência e Assistência Social, com o objetivo de constituir no Estado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS). O referido sistema estabeleceu a isonomia salarial baseada no maior valor entre os servidores da então SSMA e do INAMPS, porém, a parcela permaneceu inalterada por diversos períodos.
- **Promoção de classe do Magistério ano 2000** - Trata-se da ação coletiva nº 001/1.09.0289337-1, ajuizada pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS, na qual o Estado foi condenado ao pagamento das diferenças de vencimentos decorrentes da promoção de classe do magistério, realizada no ano de 2004 mas com efeitos retroativos a contar de 15 de outubro de 2000, aos associados do Sindicato.
- **Devolução da Contribuição Previdenciária Suplementar de 2%** - Trata-se de execução de Ação Coletiva nº 001/1.08.0095814-8 em que o IPE Prev foi condenando a restituir os valores de contribuição previdenciária suplementar instituídos pela Lei Complementar nº 10.588/95 incidentes sobre aposentadorias e pensões, demanda essa já transitada em julgado. Foi realizado acordo judicial com vistas ao pagamento.
- **Reflexos do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina** - Servidores públicos vêm postulando o reflexo do auxílio transporte e do abono família sobre a gratificação natalina, com base na interpretação do art. 104 da Lei Complementar nº 10.098/94, bem como no conceito de remuneração dos artigos 79 e 85 do referido estatuto.

25.4. Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Registra provisões para repartição tributária sobre tributos a receber reconhecidos no ativo, conforme disposto na Instrução Normativa Cage nº 9/2019.

25.5. Provisão de Precatórios a Pagar - Conforme nota explicativa 20.3.

25.6. Provisão Matemática - Ex-autárquicos CEEE - Provisão matemática para o pagamento de proventos de aposentadoria dos ex-autárquicos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. A dívida foi assumida pelo Estado no processo de privatização da companhia. Essas provisões estão distribuídas no curto e no longo prazo.

25.7. Provisão de Pensões Integrais a Pagar - São dívidas reconhecidas e pendentes de pagamento a pensionistas. Referem-se a diferenças de integralidade e da Lei nº 10.395/95.

25.8. Provisão de Compensação Previdenciária – valores relativos a compensações entre o INSS (Regime Geral) e o RPPS (Regime Próprio de Previdência do Estado).

25.9. Provisão para Riscos Fiscais - São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas fiscais. A quase totalidade do saldo desta provisão refere-se à

execução de sentença relativa aos honorários de sucumbência estabelecidos em favor da parte adversa em demanda de natureza fiscal.

25.10. Provisão para Riscos Cíveis: São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas cíveis. O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08/2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153/2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela PGE, referentes às ações judiciais em que o Estado é demandado.

Provisão para Riscos Cíveis	2021	2020
Ações indenizatórias por perdimento de grãos	13.049.326,41	26.221.054,70
Ação Indenizatória de lucros cessantes - CIEPs	5.863.691,00	4.300.000,00
Ação Indenizatória por danos emergentes e lucros cessantes	-	29.054.093,71
Outras Provisões para Riscos Cíveis	3.745.131,51	2.644.923,35
Total	22.658.148,92	62.220.071,76

- **Ações indenizatórias por perdimento de grãos** - ações de execução de sentença propostas contra o Instituto Riograndense do Arroz (Irga).
- **Ação Indenizatória de lucros cessantes – CIEPs** - Processo no qual o Estado foi condenado a pagar indenização por lucros cessantes, consistentes no lucro líquido que as construtoras demandantes teriam se houvesse sido levado a termo os contratos firmados visando a construção de Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's), valor a ser determinado em liquidação de sentença.
- **Ação Indenizatória por danos emergentes e lucros cessantes** – Essa provisão foi reclassificada pela PGE em 2021, passando a ser reconhecida como passivo contingente de média probabilidade de ocorrência.

25.11. Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar: Demonstra a contrapartida da remuneração calculada e pendente de pagamento referente ao SIAC.

25.12. Outras Provisões

Outras Provisões	2021	2020
Tema 810 STF - débitos em fase de liquidação/execução	4.935.265.000,00	4.564.015.145,45
Tema 96 STF (juros entre data do cálculo e a expedição de precatório/RPV)	985.314.525,32	900.000.000,00
Tema 810 STF - estoque de RPVs	864.720.000,00	1.080.900.000,00
Responsabilidade subsidiária em serviços terceirizados	357.400.000,00	-
Home care (SUS)	233.321.642,58	-
Tratamentos oncológicos	131.074.040,39	-
Outras Provisões de Longo Prazo	397.839.175,91	1.409.542.002,64
Outras Provisões de Curto Prazo	-	3.483.185,58
Total	7.904.934.384,20	7.957.940.333,67

- **Tema 810 STF: débitos em fase de liquidação/execução de sentença** – Inconstitucionalidade da aplicação da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública. Com o julgamento definitivo do Tema 810 STF, foi declarada inconstitucional a utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária a incidir sobre os débitos da Fazenda Pública, tal como previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, na redação que lhe conferiu a Lei nº 11.960/2009. O mencionado Tema estende seus efeitos sobre os critérios de juros e correção monetária a serem aplicados nas fases de liquidação, execução e/ou cumprimento de sentença promovidas contra a Fazenda Pública. Outrossim, diante da necessidade de observância das hipóteses de preclusão e coisa julgada também na fase de pagamento, geralmente não se concorda com revisões de cálculo base quando já expedidas e/ou pagas as ordens de pagamento (precatório ou RPV), salvo quando pendente de decisão judicial. O valor da provisão considera é uma estimativa para os processos ainda em fase de liquidação/cumprimento de sentença/execução.
- **Tema 96 STF** - Tramitou no âmbito do STF o Recurso Extraordinário nº 579.431, no qual foi reconhecida a repercussão geral, acerca "das questões que envolvem os juros de mora no

período compreendido entre a data do cálculo de liquidação e a data da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório”. O referido Tema já foi objeto de deliberação pelo Plenário da Corte, em 30 de junho de 2017, que decidiu pela incidência de juros moratórios no período compreendido entre a data da realização do cálculo e a da expedição da RPV ou do precatório.

- **Tema 810 STF: estoque de RPVs** - Diante da possibilidade de revisão do cálculo base, em face dos termos da declaração de inconstitucionalidade com efeitos retroativos do Tema 810 do STF, a PGE vem trabalhando no sentido de buscar o reconhecimento da inaplicabilidade do referido Tema aos requerimentos de pagamento já expedidos, quer em vista da preclusão ou da coisa julgada (Tema 733 STF), quer em vista da incidência do teor do julgamento de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62 pelas ADI's nº 4357 e 4425, a qual teve modulados os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da TR como critério de correção monetária para os requerimentos de pagamento expedidos até 25/03/2015.
- **Responsabilidade subsidiária em serviços terceirizados** - A Administração Pública ao contratar a prestação de serviços continuados ou não que envolvam fornecimento de mão de obra responde de forma subsidiária pelo descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pelas empresas contratadas. Com o julgamento da ADC nº 16/DF, reconhecendo a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/1993, na Justiça do Trabalho, vige o entendimento de que a responsabilidade subsidiária dos entes públicos pela inadimplência de encargos trabalhistas praticada pelas empresas de terceirização de mão-de-obra contratadas não pode ser automática, baseada numa culpa presumida. Para que seja atribuída ao Poder Público, impende reste comprovada, no caso concreto, sua desídia na escolha da pessoa jurídica fornecedora do serviço e/ou na fiscalização da execução do contrato; vale dizer é necessária a demonstração de que o Poder Público operou com culpa.
- **Home care (SUS)** - Nas demandas de home care é postulado o tratamento do paciente, que deve ser desenvolvido no domicílio, a fim de preservar a saúde, minimizar os prejuízos das doenças e incapacidades, fundamentado nos princípios da igualdade, gratuidade, universalidade e atendimento integral na efetivação do direito fundamental à saúde e à vida dos cidadãos, conforme regra expressa do artigo 196 da Constituição federal e 241 da Constituição Estadual.
- **Tratamentos oncológicos** - Os procedimentos e medicamentos não são reconhecidos como devidos pelo Estado, mas pela União, em razão do decidido no Tema 793 do STF. São ações que tratam de solicitação de tratamento oncológico (cirúrgico, medicamentoso, exames, internações, consultas), propostas em caráter individual, tendo em vista o caráter personalíssimo de cada prestação, com comprovação do acometimento de neoplasias em suas mais variadas formas e pedido do fornecimento de tratamento oncológico respectivo.

26. Demais Obrigações a Curto Prazo

Demais Obrigações a Curto Prazo	2021	2020
Depósitos Judiciais	10.595.685.442,94	10.595.685.442,94
Siac - Depósitos de Estatais, Fundos e Outros	1.218.962.654,35	1.304.843.045,09
Despesas Inscritas em Restos a Pagar	660.578.361,40	303.981.917,48
Retenções e Consignações	421.267.130,14	670.191.811,44
Diversos	926.452.316,72	1.397.509.306,93
Total	13.822.945.905,55	14.272.211.523,88

26.1. Depósitos Judiciais: Abrangem os valores disponibilizados ao Estado com base nas Leis Estaduais nº 11.686/ 2001, e nº 12.069/ 2004. O saldo ao final de 2021 é o mesmo que era devido desde o final de 2019 pelo fato de o Estado não ter efetuado novos saques, por força do disposto no art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 15.138/2018. Essa lei determinou que, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (previsto na Lei Complementar Federal nº 159/ 2017), o Estado estaria impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais, enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, previsto na Lei Complementar Federal nº

151/2015. Cabe destacar que a Lei nº 15.232/2018 dispôs sobre a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados e que a Lei nº 15.476/2020 suspendeu essa recomposição durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 11.220/ 2020.

26.2. Siac – Depósitos de Estatais, Fundos e Outros: Os montantes devidos decorrem das aplicações realizadas no Sistema que constitui o Caixa Único (ver nota explicativa 9.4). Os valores apresentados são, principalmente, as aplicações efetuadas pelas Estatais (R\$ 808.205.930,23 em 2021) e pelos Fundos Não Orçamentados (R\$ 152.869.500,81 em 2021).

26.3. Despesas Inscritas em Restos a Pagar: São as despesas empenhadas e liquidadas que não foram classificadas nos demais subgrupos de contas. Os principais valores de 2021 se referem a subvenções a pagar (R\$ 358.058.370,01) e a suprimentos de fundos a pagar (R\$ 204.782.622,44).

26.4. Retenções e Consignações: São os valores retidos ou consignados da folha de pagamento ou dos fornecedores, a exemplo de planos de assistência médica, seguros, pensão alimentícia, entidades de classe, empréstimos, tributos etc.

27. Resultado Diferido

Representa a arrecadação efetuada de forma antecipada, ou seja, antes de ocorrido o fato gerador, conforme detalhamento abaixo:

Resultado Diferido	2021	2020
IPVA de 2022 arrecadado em 2021	1.491.329.795,36	914.820.870,34
(-) Custo Diferido: Repartição com os Municípios	(745.664.897,68)	(457.410.435,17)
Total	745.664.897,68	457.410.435,2

28. Resultados Acumulados

A variação dos Resultados acumulados decorre do Resultado Patrimonial do Exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (nota explicativa 32) e dos Ajustes de Exercícios Anteriores (nota explicativa 29):

Resultados acumulados	
Saldo de 31/12/2020	(239.703.593.293,77)
Resultado Patrimonial do Exercício	(48.805.265.708,04)
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores	(634.118.861,34)
Saldo de 31/12/2021	(289.142.977.863,15)

29. Ajustes de Exercícios Anteriores

Refere-se a variações patrimoniais reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido por serem decorrentes de mudanças de critérios contábeis ou de retificações de erros imputáveis a exercícios anteriores e que não puderam ser atribuídos a fatos subsequentes. Os Ajustes de Exercícios Anteriores estão resumidos no quadro a seguir:

Ajustes de Exercícios Anteriores	2021
Débito	(2.392.439.688,66)
Despesas de Exercícios Anteriores - Orçamentárias	(2.092.147.564,10)
Despesas de Exercícios Anteriores - Pendentes de Execução Orçamentária	(87.770,00)
Desreconhecimento de Ativos inscritos em exercício anteriores	(511.920,75)
Reconhecimento de Passivos de exercício anteriores	(358.483,60)
Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiros	(34.418.596,43)
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	(264.915.353,78)
Crédito	1.758.320.827,32
Desreconhecimento de Passivos inscritos em exercícios anteriores	1.225.863.683,33
Reconhecimento de Ativos de exercícios anteriores	339.761.793,15
Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiros	133.137.129,37
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	59.558.221,47
IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(634.118.861,34)

30. Registros em Contas de Controle

30.1. Atos Potenciais Ativos e Passivos - situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, conforme detalhamento do quadro a seguir:

Atos Potenciais Ativos	5.935.686.989,14
<u>Garantias e Contrapartidas Recebidas</u>	<u>1.037.798.404,36</u>
Cauções em Títulos e Valores	1.036.390.828,40
Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos	1.183.467,17
Outras Garantias e Contrapartidas Recebidas	224.108,79
<u>Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres</u>	<u>132.602.369,80</u>
Fapergs -auxílios a comprovar	104.899.038,18
Administração Direta - auxílios a comprovar	19.018.522,98
Demais entidades - auxílios a comprovar	8.684.808,64
<u>Outros Atos Potenciais Ativos</u>	<u>4.765.286.214,98</u>
Administração Direta - contratos e convênios em execução	1.191.003.880,27
Demais entidades - contratos e convênios em execução	41.987.623,00
Daer - prestações de serviços - valores em discussão	2.068.465.054,01
Compensa - solicitações em andamento	145.277.603,71
Lei 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais	1.318.552.053,99
Atos Potenciais Passivos	2.509.573.542,15
<u>Garantias e Contrapartidas Concedidas</u>	<u>1.150.715.180,88</u>
Avais Concedidos	126.750.217,94
Garantias Instituídas por Lei Específica	1.023.964.962,94
<u>Obrigações Contratuais</u>	<u>13.571.522,80</u>
Contratos em Execução	13.571.522,80
<u>Outros Atos Potenciais Passivos</u>	<u>1.345.286.838,47</u>
Recursos Fundopem p/aumento capital Badesul	26.734.784,48
LEI 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais	1.318.552.053,99

- **Cauções em Títulos e Valores** - Compreende o registro de avais, fianças e garantias similares recebidas. No Daer, o valor de R\$ 1,03 bilhões refere-se a seguros garantia contratados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras em rodovias. Os valores

contratados reverterão ao Daer, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da empreiteira contratada. Por força da Instrução Normativa Daer DG nº 002-17, o valor da garantia deve corresponder a 5% do valor atualizado do contrato;

- **Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos** - Compreende os seguros contratados pela administração (imóveis, veículos, obras, dentre outros);
- **Auxílios a comprovar** – Compreende os auxílios concedidos pelo Estado a pessoas físicas ou jurídicas que estão sujeitos a comprovação. Enquanto o credor do auxílio não prestar contas o valor fica registrado como ato potencial ativo. A maior parte (R\$ 104,9 milhões) refere-se ao apoio financeiro concedido pela Fapergs a pesquisadores;
- **Contratos e convênios em execução** – Compreende os contratos e convênios em que o Estado é o contratante/concedente e o contratado/conveniente tem a obrigação de prestar contas dos valores recebidos;
- **Prestações de Serviços – valores em Discussão** – Compreende os prováveis, mas não totalmente certos, ingressos de recursos relacionados a prestações de serviços. O valor de R\$ 2,07 bilhões refere-se a obras executadas pelo Daer por delegação do Governo Federal – DNIT;
- **Compensa - solicitações em andamento** – Compreende as solicitações em andamento do programa Compensa/RS, que constitui na compensação de precatórios com dívida ativa. O Decreto Estadual nº 53.974 instituiu o programa, em regulamentação a Lei nº 15.038/2017. Podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias ou fundações. Os valores compensados são baixados do ativo de dívida ativa e do passivo de precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são executados orçamentariamente. A dívida ativa é registrada como receita orçamentária de acordo com a natureza do valor compensado. As solicitações em andamento ficam registradas nas contas de Atos Potenciais Ativos, com a seguinte divisão:

COMPENSA/RS - Compensações em Andamento	145.277.603,71
Solicitações não homologadas	140.370.036,71
Compensações homologadas, em processo de compensação	4.907.567,00

- **Lei nº 12.069-2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais** – Demonstra o montante de recursos disponíveis e não utilizados pelo Estado. Há duas contas que registram este saldo, uma nos atos potenciais ativos (pelo potencial ingresso de caixa) e outra nos atos potenciais passivos (pelo potencial acréscimo de passivo). O Estado pode utilizar até 95% dos depósitos judiciais, conforme parágrafo 1º, art. 1º, da Lei Estadual nº 12.069/2004. O valor representa o saldo disponível, ou seja, o que o estado ainda poderia utilizar para completar os 95%. Todavia, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.135/2018, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Ademais, também foi aprovada a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados, por meio da Lei Estadual nº 15.232/2018.
- **Avais Concedidos** – Representam potenciais passivos assumidos pelo Estado ao conceder Avais a Terceiros. A quase totalidade do valor corresponde a avais concedidos pelo Estado a Ceee e a Corsan, em contratos de empréstimo;
- **Garantias Instituídas por Lei Específica** – Registram garantias concedidas pelo Estado e autorizadas por leis específicas. Atualmente o Estado garante operações de crédito contratadas pela CEEE-D e pela CEEE-T perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD celebrados no âmbito do Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência.
- **Recursos Fundopem para aumento de Capital do Badesul** – Representa a parcela de 30% dos retornos de financiamento destinada ao aumento de capital do Badesul, conforme o art. 5º da Lei nº 13.708/ 2011, revogada pela Lei nº 15.642/ 2021.

30.2. Passivos contingentes – são passivos não reconhecidos nas demonstrações contábeis em virtude de sua existência depender de um ou mais eventos futuros incertos que não estejam totalmente sob controle do órgão ou entidade. O registro contábil em contas de controle ocorre por força do art. 5º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. Os passivos contingentes totalizaram no exercício R\$ 27,15 bilhões e em 2020 R\$ 67,74 bilhões. O decréscimo ocorreu principalmente pela reclassificação do risco quanto à implantação do Piso Salarial do Magistério, no montante de R\$ 36,76 bilhões ao final de 2021 que passou a ser reconhecido como provisão de risco trabalhista, conforme nota explicativa 25. Também ocorreu o desreconhecimento como passivo contingente das demandas judiciais com pedidos de compensação de tributos com créditos de precatórios formulados antes da edição da Emenda Constitucional nº 62/2009 e da ação judicial referente à inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP.

A apuração dos passivos contingentes é efetuada pelos órgãos da Administração Estadual e pela PGE, que emite o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153. Esse relatório contém levantamento dos riscos fiscais referentes às ações judiciais em que o Estado faz parte.

A seguir, demonstra-se a composição do saldo de 2021, em comparação a 2020.

Objeto dos Passivos Contingentes	2021	2020
Inconstitucionalidade TR - estoque de precatórios e RPVs	7.356.259.227,26	6.734.007.000,00
Brasil Telecom	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00
Ações civis públicas. Repasses na área da saúde	4.572.648.632,98	1.276.821.482,00
Tarifas TUST e TUSD	1.900.000.000,00	1.600.000.000,00
Contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas	1.383.200.000,00	728.000.000,00
Contribuição previdenciária da Fase	1.320.000.000,00	1.320.000.000,00
Repasses para os municípios de recursos do FES	1.041.254.026,32	1.434.923.947,64
Alíquotas progressivas - civis	680.000.000,00	-
Adicional de insalubridade - servidores de escola	580.000.000,00	418.810.022,15
Ação Civil Pública. Meio Ambiente	400.000.000,00	1.000.000.000,00
PASEP	358.382.185,10	351.812.359,35
Ações civis públicas na área da segurança pública	276.011.745,12	378.924.747,96
Paridade Pensoes SINPOL	264.000.000,00	264.000.000,00
Compensação de créditos de saídas isentas de produtos agropecuários	220.800.000,00	100.000.000,00
Reajuste da Lei 11.467/00, 11.678/01 e 11.752/02	216.828.395,55	228.594.999,41
Desapropriação Parque Estadual de Itapeva	155.400.000,00	155.400.000,00
Indenização pelo parcelamento de salários	154.000.000,00	105.000.000,00
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	149.952.674,00	102.441.488,71
Fundação Silius	100.000.000,00	100.000.000,00
Implantação Piso Nacional do Magistério	-	34.499.999.300,00
Compensação de débitos estaduais com precatórios	-	7.000.000.000,00
Inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP	-	1.400.000.000,00
Diferencial de alíquota de optantes do SIMPLES NACIONAL	-	392.000.000,00
FGTS de servidores temporários	-	26.486.000,00
Outros	1.018.448.352,68	3.123.552.160,57
Total	27.147.185.239,01	67.740.773.507,79

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos passivos contingentes de média probabilidade de ocorrência que possuem estimativa confiável:

- **Inconstitucionalidade da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública sobre o estoque de precatórios e RPVs** – O tema 810 do STF controverte acerca da validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009. As Fazendas estaduais estão atuando conjuntamente na tentativa de alterar o quadro atual do julgamento, no qual já há

maioria firmada pela manutenção da eficácia retroativa da inconstitucionalidade da TR, a contar da entrada em vigor da Lei 11.960/09.

- **Brasil Telecom** – A Brasil Telecom/Oi ajuizou demanda, processo nº 1.06.0215436-0, na qual postula a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a ressarcir-lhe os valores despendidos nas ações judiciais propostas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da extinta CRT;
- **Ações Cíveis Públicas - investimentos na área de Saúde** – O Ministério Público Estadual ajuíza, em cada exercício, desde o ano 2003, ações civis públicas contra o Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de compeli-lo a depositar os recursos próprios destinados às ações e serviços de saúde pública executados pela Secretaria da Saúde, no percentual de 12%, conforme previsão constitucional.
- **Tarifas TUST e TUSD** - Trata-se de demandas ajuizadas por consumidores que tentam fazer prevalecer a tese da não-incidência do ICMS sobre valores que não configurariam efetivo consumo, ou seja, sobre o valor relativo à tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) e à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), cumuladas com repetição de indébito ou compensação com o ICMS devido sobre a fatura de energia elétrica ou com o ICMS devido a outro título.
- **Contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas** - A recente reforma constitucional possibilitou que, havendo declaração de déficit atuarial, haja a incidência de cobrança de contribuição previdenciária sobre o valor que excede a um salário mínimo (anteriormente havia isenção até o teto do RGPS). Em abril de 2020, o IPE Prev declarou a existência de déficit atuarial, o que permitiu a cobrança desta contribuição previdenciária sobre o valor que excede a um salário mínimo em todas as pensões e proventos. Atualmente estão tramitando 50 ações, sem decisões de mérito, entretanto, a questão merece especial cuidado em face do fator multiplicador, pois, em tese, qualquer aposentado e pensionista atingido pela reforma previdenciária poderá ajuizar ação pleiteando a suspensão deste desconto.
- **Contribuição previdenciária da Fase** - A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase) recebeu diversas autuações do INSS em razão de que o Certificado de Filantropia fora revogado, o que demandaria o recolhimento da cota patronal em relação a todos os seus empregados. O artigo 55 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, previu requisitos para o exercício da imunidade tributária versada no § 7º do artigo 195 da Constituição Federal, o que tornou impossível à Fase a certificação da filantropia, basicamente em razão da exigência de que seus diretores não fossem remunerados, o que é incompatível com o caráter público da Fase. A controvérsia envolvendo a nulidade do Ato Cancelatório que gerou a perda do enquadramento da Fase como entidade filantrópica e de Assistência Social, foi submetida à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, proc. nº. 00400.000176/2013-81, que se encontra suspenso até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 566.622 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- **Repasse para os municípios de valores do FES** - Diante da crise financeira, hospitais que atendem pelo SUS e Municípios ingressaram com ações e Mandados de Segurança postulando o correto repasse dos valores previstos. Tais processos apresentam elevados valores, por vezes, com bloqueios nas contas do Estado. Além desses repasses de valores as ações podem envolver pedido de ressarcimento, reestruturação da política pública adotada junto ao hospital e demais contratualizações que envolvam valores que pela Lei 8080/90 seriam objeto de repasse aos hospitais.
- **Alíquotas progressivas** - Os servidores civis e pensionistas ajuízam ações contra as alíquotas progressivas de contribuição previdenciária instituídas pela Lei Complementar nº 13.758, de 15 de julho de 2011, com vigência a partir de abril de 2020, na forma da Emenda Constitucional 103/2019, buscando a manutenção da alíquota única de 14%.
- **Adicional de insalubridade** - A PGE tem registro de 8 mil ações judiciais e recursos envolvendo pretensão de percepção de adicional de insalubridade por servidores ocupantes do cargo Agente Educacional – manutenção de infraestrutura/serviços gerais/auxiliar de serviços complementares ou alimentação, sob a alegação de que exercem atividades insalubres, sem o recebimento dos equipamentos de proteção individual (EPI). Em alguns casos, há pretensão de indenização por danos morais.

- **Ação Civil Pública. Meio Ambiente** – Refere-se ao Processo nº 9024988-74.2017.8.21.0001, ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual em face do Estado do Rio Grande do Sul, da extinta Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul (FZB), do Município de São Leopoldo e do Município de Sapucaia do Sul, por meio da qual o Ministério Público pretende obter pronunciamento jurisdicional que: impeça todo e qualquer ato tendente a promover a desafetação e a alienação dos imóveis onde se localizam o Jardim Zoológico e a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo (pertencentes à extinta FZB), sem prévia e específica lei, enquanto não procedida a reavaliação da área nos termos do art. 55 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional das Unidades de Conservação); declare que a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo é um espaço territorial especialmente protegido; responsabilize os réus pelos danos ambientais causados à reserva ambiental em decorrência das ocupações irregulares da área.
- **PASEP** - Em 14 de junho de 2002, com base na Medida Provisória nº 38 e na Instrução Normativa SRF nº 160/2002, o Estado teve deferido o Termo de Opção pelo Regime Especial de Parcelamento relativo aos débitos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), no valor de R\$ 160.975.757,22, os quais estão sendo amortizados de acordo com o inciso II, art. 19, da Lei Federal nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 358,4 milhões e encontra-se registrado como Passivo Contingente até a solução judicial do pleito de restituição de valores pagos a maior, iniciado com a Ação Cautelar 2005.71.00.036910-1 que tramita no STF, cuja liminar foi concedida parcialmente para discussão do mérito em demanda própria, obstando a exigibilidade de parcelas compensadas, aquelas negadas pela Receita Federal em processo administrativo fiscal 11080.003229/2003-21.
- **Ações civis públicas na área da segurança pública** – Ações promovidas pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul postulado a geração e o implemento de 3.387 vagas prisionais para recolhimento de presos no regime fechado e a reforma de presídios e Ação Civil Pública (ACP) movida pela Defensoria Pública do Estado (DPE/RS) pleiteando local adequado para o atendimento das vítimas de violência doméstica contra a mulher e vulneráveis em geral.
- **Paridade Pensões SINPOL** - Trata-se da ação coletiva nº 001/11600805494, ajuizada pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Rio Grande Do Sul (SINPOL) contra o IPE Prev, a qual foi julgada parcialmente procedente para o fim de reconhecer aos pensionistas dos policiais civis com paridade nos termos constitucionais o direito aos reajustes previstos nas Leis Estaduais nº 14.072/12 e nº 14.073/12.
- **Compensação de créditos de ICMS de saídas isentas não estornadas** - Trata-se de matéria sobre a qual tem havido dificuldade de compreensão por parte do Poder Judiciário com relação aos limites de benefício fiscal existente e à identificação do setor produtivo ao qual se aplica, com enorme risco de prejuízos aos cofres do Estado devido à ampliação indiscriminada do benefício.
- **Reajuste das Leis nº 11.467/00, nº 11.678/01 e nº 11.752/02** - Ações que tratam do reajuste salarial consistente na diferença entre os reajustes previstos no artigo 1º da Lei Estadual 11.467/2000 e no art. 1º da Lei Estadual 11.678/2001, abatidos os reajustes concedidos na Lei Estadual 11.752/2002, computados de forma acumulada e respeitado o período em que previstos e concedidos, devido aos empregados da extinta Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, a qual foi sucedida pelo Estado do Rio Grande do Sul em todos os seus deveres e obrigações.
- **Desapropriação Parque Estadual de Itapeva** - Trata-se de ação de desapropriação ajuizada pelo Estado, com fundamento nos Decretos Estaduais nº 42.009/2002, que criou o Parque Estadual de Itapeva, e nº 51.462/2014, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, terreno e acessórios situados no Município de Torres/RS, destinados à regularização do Parque Estadual de Itapeva.
- **Indenização pelo Parcelamento de Salários** - Ações judiciais propostas por servidores públicos estaduais, insurgindo-se contra o parcelamento dos vencimentos/proventos e gratificações natalinas. Tais ações postulam o cumprimento da norma prevista no art. 35 da Constituição Estadual, com o pagamento da remuneração/proventos até o último dia útil de cada mês, bem como o pagamento do décimo terceiro salário até 20 de dezembro, cumulado

ou não com a pretensão de indenização por danos materiais e/ou morais. O valor estimado para contingenciamento considera o valor médio da indenização por danos morais.

- **Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)** – Existem várias ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não-concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão;
- **Fundação Silius** - Trata-se de Ação Civil Pública nº 5038634-12.2016.4.04.7100/RS movido pela Associação dos Funcionários da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa) e outro. O Estado pediu ingresso como amicus curiae, para afastar dívida que se pretende imputar à Cesa, em processo de extinção, conforme Lei Estadual nº 15.183, tendo o Estado como seu sucessor.
- **Implantação do Piso Nacional do Magistério** – Este passivo foi reclassificado para alta probabilidade de ocorrência em 2021, tendo sido incluído nas provisões para riscos trabalhistas.
- **Compensação de débitos estaduais com precatórios** – Este passivo foi desreconhecido em 2021 visto que sua realização não resultaria em saída de recursos do Estado.
- **Inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP** - Este passivo foi desreconhecido em 2021 visto o julgamento pelo STF ter sido favorável ao Estado.
- **Diferencial de alíquota de optantes do Simples Nacional** – esse passivo foi desreconhecido devido a sua reclassificação para baixa probabilidade em 2021.
- **FGTS de servidores temporários** – Este passivo foi reclassificado para alta probabilidade de ocorrência em 2021, tendo sido incluído nas provisões para riscos trabalhistas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

31. A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta a movimentação das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) dentro do exercício, em três grupos, que expressam as entradas e saídas relacionando-as com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos resultados líquidos de cada um desses grupos totaliza a variação no caixa do período, que deve coincidir com a diferença entre os saldos respectivos das disponibilidades, constantes no Balanço Patrimonial, entre o início e o fim do período. A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa verificada no período, no valor de R\$ 2.299.209.328,36, decorre, principalmente, do resultado das atividades operacionais, que apresentaram uma diferença positiva entre ingressos e desembolsos da ordem de R\$ 4.464.267.794,55. Por outro lado, as atividades de investimento e de financiamento apresentaram fluxo negativo de R\$ 1.568.259.077,55 e de R\$ 596.799.388,64, respectivamente.

Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

32. Na Demonstração das Variações Patrimoniais as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são reconhecidas independentemente da execução orçamentária. O Resultado Patrimonial do Exercício não considera os Ajustes de Exercícios Anteriores que foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, conforme nota explicativa 29. O Resultado do Exercício foi negativo (R\$ 48.805.265.708,04) em razão, principalmente, do reconhecimento de provisão para indenizações trabalhistas relacionada à implantação do Piso Nacional do Magistério, no valor de R\$ 36.760.000.000,00, e do aumento de R\$ 16.656.284.694,66 na Provisão Atuarial do RPPS. No exercício, foram excluídos no processo de consolidação R\$ 16.263.768.773,96 relacionados às operações intraorçamentárias, afetando, no mesmo montante, as linhas de Contribuições (VPA), e de Pessoal e Encargos (VPD). As relevantes variações nessas linhas são resultado desse procedimento, adotado a partir de 2021. O Resultado Patrimonial do Período não é impactado pelas referidas exclusões.

Balanço Financeiro

33. O Balanço Financeiro evidencia as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte e destinação de recursos. Apresenta também os ingressos e dispêndios não decorrentes da execução orçamentária, conjugados com os saldos de exercício anterior relacionados aos ativos financeiros (Caixa e Equivalente de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados) e os que se transferem para o exercício seguinte.

Eventos Subsequentes

34. Privatização da Sulgás

O leilão de privatização da Sulgás foi realizado em 2021, entretanto a transferência de controle e recebimento do valor ocorreu somente em 2022, motivo pelo qual a companhia segue como participação acionária do Estado no Balanço Patrimonial de 2021. O recebimento pelo Estado ocorreu em janeiro/2022 no valor total de R\$ 955.244.069,45.

35. Regime de Recuperação Fiscal

Em 29 de dezembro de 2021, o Estado formalizou perante a União o pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), encaminhando parecer comprovando o cumprimento de todos os três requisitos exigidos para habilitação e a implementação de todas as oito medidas exigidas como contrapartida para homologação do RRF. O pedido foi deferido no dia 27 de janeiro de 2022 e, a partir dessa data, o Estado, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), iniciou formalmente a elaboração de um plano de recuperação fiscal, voltado para a retomada do equilíbrio fiscal, com metas de superávit primário e da trajetória dos restos a pagar, visando construir o espaço fiscal necessário para retomar o pagamento de seus financiamentos, sem que novos passivos sejam acumulados para honrar o serviço da dívida. Até a homologação do RRF, o que deve ocorrer durante o exercício de 2022, o Estado estará sujeito a vedações similares às que esteve sujeito em 2020 e 2021 por conta das contrapartidas exigidas na LC nº 173/2020, incluindo restrições a aumento de despesa de pessoal e à criação de despesas de caráter continuado. O RRF representa uma oportunidade para que o Estado regularize os pagamentos do serviço da dívida com a União após mais de quatro anos de suspensão por medida liminar do STF. Cabe destacar que em fevereiro de 2022 foi celebrado um novo contrato e o montante acumulado durante o período de suspensão (R\$ 14,54 bilhões) foi refinanciado com prazo de 30 anos e com as mesmas condições da dívida atual (IPCA + 4% ao ano, com encargos limitados à taxa SELIC).

36. Consolidação das Demonstrações Contábeis

A consolidação das Demonstrações Contábeis da Administração Direta, Autarquias e Fundações, que formam o Setor Governamental do Estado, foi realizada mediante os ajustes especificados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Exclusões)					
ATIVO	Nota	(6.685.080.088,65)	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota	(6.685.080.088,65)
Ativo Circulante		(4.659.131.451,90)	Passivo Circulante		(4.656.029.396,92)
Caixa e Equivalente de Caixa	a	(1.602.380.504,87)	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	d	(82.758.337,27)
Créditos a Curto Prazo	b	(3.056.750.947,03)	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	e	(100.106,90)
			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	f	(1.910,61)
			Demais Obrigações a Curto Prazo	g	(4.573.169.042,14)
Ativo Não Circulante		(2.025.948.636,75)	Passivo Não Circulante		(2.066.592.481,22)
Ativo Realizável a Longo Prazo	c	(2.025.948.636,75)	Provisões a Longo Prazo	h	(2.066.592.481,22)
			Patrimonio Líquido		37.541.789,49
			Resultados Acumulados	i	37.541.789,49

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO (Exclusões)					
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	NOTA		VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	NOTA	
Contribuições	g	(16.263.768.773,96)	Pessoal e Encargos	g	(16.263.768.773,96)
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	b.4; e "e"	(90.404.009,44)	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	h.1	(357.103.919,55)
Transferências e Delegações Recebidas	j	(70.208.084.846,68)	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	b.5; c.2 e c.3	(497.502.450,35)
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	h.3	(24.724.535,99)	Transferências e Delegações Concedidas	j	(70.208.084.846,68)
			Resultado Patrimonial do Período		(739.477.824,47)

- a. Do Caixa e Equivalente de Caixa, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 1.602.380.504,87, referente aos valores resgatados do SIAC, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante.
- b. Dos Créditos a Curto prazo, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 3.056.750.947,03, referente:
- b.1.** Depósitos do SIAC da Administração Direta, Autarquias e Fundações: R\$ 2.453.053.244,93, referente aos valores concomitantemente registrados no passivo (passivo com entidades do Estado e valores resgatados do SIAC), contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante.
- b.2.** Contribuição ao RPPS a compensar: R\$ 9.339.561,65; contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido.
- b.3.** Saldos contabilizados pelo Estado cujos devedores são Autarquias e Fundações do Estado: R\$ 34.831.812,20, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 34.719.476,96); em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 360.591,58) e em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -248.256,34).
- b.4.** Saldos contabilizados pelo IPE PREV e pelo IPE SAÚDE cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 537.875.978,53; contrapartida em Valorização e Ganhos com Ativos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 90.249.668,61); em Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante (R\$ -1.097.998.519,52), em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 31.202.725,80), em Ajustes de Exercícios Anteriores, do

Patrimônio Líquido (R\$ -18.591.960,97) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 1.533.014.064,61).

b.5. Bens e direitos de Autarquias e Fundações extintas: R\$ 19.301.035,07; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 33.057.282,92) e em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ - 13.756.247,85). Esses valores correspondem ao total de ativos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.

b.6 Sequestros Judiciais de RPVs pendentes de Restituição pela Administração Direta: R\$ 2.349.314,65; contrapartida em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante. Corresponde à sequestros judiciais de RPVs que ocorreram em conta bancária de Autarquia ou Fundação e que serão restituídos pela Administração Direta.

c. Do Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante, foi excluído o montante de R\$ 2.025.948.636,75, referente:

c.1. Saldos contabilizados pela Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH (extinta) e transferidos para a Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG cujo devedor é o Estado: R\$ 228.515.841,93; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido.

c.2. Saldos contabilizados pelo IPE PREV e pelo IPE SAÚDE em Dívida Ativa cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 136.801.783,85; contrapartida em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ - 464.675.256,76) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 601.477.040,61).

c.3. Saldo contabilizado pelo IPE SAÚDE em outros créditos a longo prazo, cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 1.100.404.230,03; contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (- R\$ 49.605.789,43); em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ - 19.070.945,74), em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 19.070.945,74); em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 52.011.499,94) e em Créditos a Curto prazo, do Ativo Circulante (R\$ 1.097.998.519,52).

c.4. Remuneração SIAC a Receber: R\$ 175.517.664,47; contrapartida em Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante (R\$ 56.697.456,02) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 118.820.208,45).

c.5. Taxa CDO Arrecadada a Receber: R\$ 384.709.116,47; contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante.

d. De Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 82.758.337,27, referente:

d.1. Sequestros Judiciais de RPVs pendentes de Restituição pela Administração Direta, conforme nota b.6: R\$ 2.349.314,65.

d.2. Saldos contabilizados pelas entidades do Estado cujo credores são o IPE PREV e o IPE SAÚDE: R\$ 80.409.022,62; contrapartida em Ajustes de Exercícios

Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -201.211.911,69) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 281.620.934,31).

- e. De Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 100.106,90; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 254.447,73) e em Valorização e Ganhos com Ativos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ -154.340,83). Esses valores correspondem ao total de passivos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.
- f. De Obrigações Fiscais a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 1.910,61; contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -169.397,30) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 171.307,91).
- g. De Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 4.573.169.042,14, referente:
 - g.1. Passivos do Estado no SIAC e valores resgatados (R\$ 4.055.541.421,70), em contrapartida de Caixa e Equivalente de Caixa, do Ativo Circulante (R\$ 1.602.380.504,87, nota "a"); em Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante (R\$ 2.453.053.244,93, nota b.1) e em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 107.671,90).
 - g.2. Passivos de consignações a favor do IPE PREV e IPE SAÚDE (R\$ 117.933.702,70), em contrapartida de Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante (R\$ 65.922.202,76, notas b.3 e b.4) e em Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante (R\$ 52.011.499,94, nota c.3).
 - g.3. Passivos de indenizações diversas em favor de entidades do Estado (R\$ 14.984.801,27), em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 6.575.469,18) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 8.409.332,09).
 - g.4. Passivo com Taxa CDO a repassar para o IRGA: R\$ 384.709.116,47; contrapartida em Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante, conforme nota c.5.
- h. De Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante foi excluído o montante de R\$ 2.066.592.481,22, referente:
 - h.1. Remuneração do SIAC a pagar (R\$ 1.319.268.527,22), em contrapartida de Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante (R\$ 56.697.456,02, nota c.4); em Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 357.103.919,55) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 905.467.151,65).
 - h.2. Outras Provisões a Longo Prazo e Provisões Matemáticas Previdenciárias (R\$ 0,00): Compensação entre passivo de outras provisões a longo prazo (R\$ 182.125.039.492,46) registrado nos encargos gerais do Estado contra as contas redutoras de cobertura de insuficiência financeira registradas nas provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo no IPE PREV (R\$ -182.125.039.492,46).
 - h.3. Provisão de Precatórios Centralizados no Tesouro (R\$ 747.323.954,00), em contrapartida de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ -24.724.535,99) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 772.048.489,99). Trata-se do saldo de Precatórios devido por Autarquia não dependente de recursos do Tesouro que demandará ressarcimento assim que o

Tesouro efetuar o pagamento. O passivo de precatórios encontra-se todo registrado nos encargos gerais do Estado.

- i. De Resultados Acumulados (Déficit), do Passivo Líquido, foi excluído o montante de R\$ 37.541.789,49 (reduzindo o déficit), referente:
 - i.1. As exclusões de consolidação de exercícios anteriores, resultados acumulados (- R\$ 566.344.312,16), conforme notas b.2, b.3, b.4, c.3, d.2, e, g.1 e g.3.
 - i.2. As exclusões de consolidação que afetaram o Resultado do Exercício (R\$ +739.477.824,47), conforme quadro de exclusões da Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidado.
 - i.3. Aos ajustes de exercícios anteriores de consolidação (-R\$ 135.590.722,82), conforme notas b.2, b.3, b.4, c.3, d.2, e, g.1 e g.3.
- j. As transferências intragovernamentais foram excluídas da Demonstração de Variações Patrimoniais Consolidada, Do Balanço Financeiro Consolidado e da Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado. No quadro de exclusões da Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidado as transferências de R\$ 70.208.084.846,68 foram excluídas tanto da Variação Patrimonial Aumentativa quanto da Variação Patrimonial Diminutiva.
- k. As Contribuições, Variação Patrimonial Aumentativa, decorrentes de contribuição patronal ao IPE PREV e IPE SAÚDE (R\$ 16.263.768.773,96) foram excluídas em contrapartida de Pessoal e Encargos, na Variação Patrimonial Diminutiva.
- l. As exclusões de ativos e passivos financeiros evidenciadas nesta nota também impactaram o Balanço Financeiro Consolidado e a Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidada.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2021.

Eduardo Leite
Governador do Estado

Marco Aurelio Santos Cardoso
Secretário de Estado da Fazenda

Rogério da Silva Meira
Contador e Auditor-Geral do Estado
CRCRS – 16640, T-RS